

POVO CIGANO DE CRUZ DAS ALMAS: ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS NO RECÔNCAVO BAIANO

GYPSIES IN CRUZ DAS ALMAS: SOCIAL AND CULTURAL ASPECTS IN THE RECÔNCAVO OF BAHIA

Roque Sérgio Barbosa Ribeiro¹

Lilane Sampaio Rêgo²

Marina Siqueira de Castro³

Este trabalho tem como foco as comunidades ciganas concentradas no município de Cruz das Almas, Bahia, onde foram analisados aspectos socioculturais, buscando compreender as continuidades e discontinuidades. A referida pesquisa toma como baliza cronológica os anos de 1980, quando as famílias ciganas, alvo dessa pesquisa, se fixam no município. Dessa maneira, essa pesquisa estabeleceu como objetivo geral analisar as continuidades e discontinuidades socioculturais das comunidades ciganas a partir do seu processo de sedentarização no município de Cruz das Almas – Bahia (1980 – 2014). No tangente a metodologia, ela pode ser classificada como exploratório-descritiva. Quanto à sua natureza, trata-se de um estudo qualitativo. A história oral norteou a produção desse trabalho científico. As técnicas de coleta de dados incluíram fontes secundárias, entrevistas semiestruturadas e iconografia. Quanto aos resultados obtidos verificou-se que os ciganos apresentam características socioculturais próprias, o que se relaciona diretamente a sua história, entretanto a vivência com os não ciganos, associada aos novos aparatos tecnológicos vem promovendo discontinuidades em seus aspectos sócio-culturais. Compreendendo-se que as comunidades ciganas, enquanto minorias sociais ainda são vítimas da intolerância e do preconceito, portanto, faz-se necessário a efetivação de políticas públicas que deem visibilidade e valorizem a cultura e história desse povo.

Palavras chaves: Povos e Comunidades Tradicionais. Patrimonio Imaterial. Identidade.

This study focuses on socio-cultural aspects of Gypsy communities in Cruz das Almas, Bahia, in order to understand their continuities and discontinuities. This research takes as starting point the year 1980, during which the gypsy families, target of this work, settled down in the city. Thus, the objective of this research is to analyze the socio-cultural continuities and discontinuities of Gypsy communities in Cruz das Almas - Bahia between 1980 and 2014. This study adopted an exploratory and descriptive methodology within a qualitative approach. Data collection techniques included bibliographic reviews, semi-structured interviews and iconography. The results obtained showed that the Gypsies have their own socio-cultural characteristics, which are directly related to their history, although the contact with non-gypsy communities associated to the new technological developments are causing discontinuities in their socio-cultural habits. Gypsy communities, as a social minority, are still victims of intolerance and prejudice; therefore, public policies must be developed to protect their culture and history and to give them more visibility.

Keywords: People and Traditional Communities. Immaterial Patrimony. Identity

¹Docente da Faculdade Maria Milza. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. roquesergio@bol.com.br. <http://lattes.cnpq.br/1297203727483823>

²Mestre em Educação Assessora Técnica, Casa Civil - Governo da Bahia Coordenação do Programa Vida Melhor. Pesquisadora colaboradora, Núcleo de Estudo em Agroecologia (NEA-Trilhas) E-mail: lilanesampaio@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0826544708263782>

³Doutora em Ecologia Professora Adjunta, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) Núcleo de Estudo em Agroecologia (NEA-Trilhas). Professora Faculdade Maria Milza (FAMAM). E-mail: marinacastrouefs@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1839123925370438>

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as discussões que envolvem Povos e Comunidades Tradicionais vêm ganhando força no espaço acadêmico e no meio social como um todo. Existe uma dívida da sociedade brasileira, e certamente mundial, para com esses povos historicamente marginalizados. Na Bahia são reconhecidos oito segmentos sociais que integram os Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: indígena, quilombola, fundo e fecho de pasto, povo de terreiro, pescadores e marisqueiras, extrativistas, geraizeiros e ciganos (BAHIA, 2012).

No caso específico deste trabalho, o foco são as continuidades e descontinuidades sociais e culturais das comunidades ciganas concentradas no município de Cruz das Almas, no período de 1980⁴ a 2014. A definição do ano de início da pesquisa se deu pela recorrente indicação dos sujeitos como sendo aquele em que as comunidades ciganas passam a se fixar no município.

Não existe um consenso sobre a origem do povo cigano. De acordo com Ronaldo Sena (2005), os antecedentes mais remotos que se conhecem dão conta de que viveram no Norte da Índia, pertencem ao tronco indo-europeu e falam o romani. É válido destacar que a história desse povo foi marcada por migrações, perseguições e preconceitos.

No que se refere especificamente ao cigano no Brasil, também não é possível determinar com precisão o período da chegada dessas comunidades ao país. Sabe-se, porém, que a maioria chegou aqui por meio do degredo, isto é, pessoas que foram expulsas da Europa, no contexto da colonização do Brasil, devido à necessidade que os portugueses tinham de ocupar efetivamente o território e estabelecer o projeto colonial. Sendo assim, a presença dos ciganos no Brasil se justifica através de sistemática perseguição que lhes moveu em Portugal o Tribunal da Santa Inquisição, que os considerava hereges, feiticeiros e inconvenientes à sociedade da época.

Sobre a chegada dos ciganos ao município de Cruz das Almas, não existem dados oficiais que definam tal período, nem mesmo os próprios ciganos conseguem dar essa informação. É possível que, devido à vida nômade que era recorrente entre os ciganos, os primeiros grupos que chegaram aqui não tenham se fixado. Por outro lado, Cruz das Almas

não foge à regra geral da visão estereotipada que a sociedade tem deles e a relação com o povo cigano é marcada por muita hostilidade, desconfiança, desrespeito e intolerância. Dessa maneira, essa pesquisa estabeleceu como objetivo geral, analisar as continuidades e descontinuidades sócio-culturais das comunidades ciganas a partir do seu processo de sedentarização no município de Cruz das Almas – Bahia entre 1980 e 2014 e, como objetivos específicos, descrever o processo de chegada dos ciganos ao Brasil; identificar a origem e a história dos ciganos de Cruz das Almas; conhecer como ocorreu a chegada das comunidades ciganas ao município de Cruz das Almas e o seu processo de sedentarização.

Em pleno século XXI, algumas categorias sociais continuam marginalizadas e, portanto, excluídas. Pensando desde a perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, compreende-se a relevância social e acadêmica desse trabalho, pois busca dar visibilidade a uma categoria social historicamente marginalizada, pois enquanto minoria social verifica-se que o povo cigano é estigmatizado. Sendo assim, do ponto de vista da sustentabilidade sociocultural, trata-se de uma produção acadêmica relevante, uma vez que a luta contra a discriminação para com os ciganos vem de muito tempo e revela-se de maneira distinta, conforme a realidade de cada região. Além disso, percebe-se a necessidade de corrigir as distorções de conceitos e valores para que se possa contribuir para melhorar o relacionamento interétnico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Memória Social

É válido considerar que a memória é essencial para o estudo do comportamento cultural e histórico de um povo. Através da memória é possível compreender as formas de organização sociocultural, destacando as permanências e rupturas. Sendo assim, discutir a questão da memória torna-se fundamental para a compreensão das permanências e rupturas socioculturais dos povos ciganos.

A memória social é habitualmente caracterizada como polissêmica, e de acordo com Gondar (2005, p.12) deve ser “entendida sob duas vertentes: primeiro que a memória comporta diversas significações e segundo que ela se abre a

⁴Os ciganos entrevistados, sobretudo os mais idosos, admitem que foi nos anos 1980 do século XX que os primeiros agrupamentos ciganos se fixaram efetivamente na cidade de Cruz das Almas. É importante destacar que o termo fixar utilizado não deve ser compreendido como algo definitivo, visto que os ciganos não se apropriam de forma definitiva do território.

uma variedade de sistema de signos”. Nessa mesma perspectiva, Barreto (2007, p. 163) destaca que não é fácil conceituar memória, mas é possível pontuar alguns atributos inerentes a esse conceito.

Halbwachs (2006) afirma que se recorre aos testemunhos com a finalidade de ratificar, negar ou complementar o que já se conhece de um evento do qual se tem informação. O autor citado destaca ainda que existem memórias individuais ou pessoais e memórias coletivas ou sociais. Para ele, “o indivíduo participa desses dois tipos de memória” (HALBWACHS, 2006, p.71).

Na perspectiva de pensar a importância da memória para a reconstrução do passado histórico, o autor acima citado salienta que

“[...] a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo para construir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para se conservar e reencontrar a imagem do seu passado” (HALBWACHS, 2006, p. 90).

Em conformidade com o pensamento de Halbwachs, Diehl (2002) ressalta que a memória constrói sentido e significações para o passado histórico. Para ele “a memória significa experiências consistentes, ancoradas no tempo passado facilmente localizável” (DIEHL, 2002, p. 116).

Para Le Goff (1990), a memória possui a capacidade de conservar certas informações. Para o referido autor

“[...] é possível estabelecer uma série de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p.02).

Pensando a importância da memória coletiva, Le Goff (1990) destaca que é fundamental compreender as diferenças entre sociedade de memória escrita e sociedades de memória oral.

Polak (1992) ressalta os elementos que constituem a memória individual ou coletiva, que para ele “são os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLAK, 1992, p.02). Para o autor, nem sempre as pessoas participaram ou viveram esses acontecimentos, mas no imaginário tomaram tamanho relevo que é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. O autor complementa, afirmando que “além desses

acontecimentos, a memória é constituída por pessoas e personagens” (POLAK, 1992, p.02).

Cultura e Sociedade

Até início do século XIX, a palavra cultura restringia-se ao significado espiritual de uma comunidade, isto é, esse termo designava toda forma de expressão espiritual de um determinado povo. Observa-se que ao longo dos tempos há uma quebra desse paradigma e a construção de um conceito mais amplo do termo. Na atualidade, cultura refere-se a toda forma de conhecimento produzido pela humanidade, as suas crenças, hábitos, costumes enfim, toda forma de saber socialmente adquirido. Peter Burke (2003) afirma que essa discussão se torna naturalmente mais recorrente, visto que a realidade social contemporânea se notabiliza por encontros culturais cada vez mais frequentes, considerando os atuais aparatos tecnológicos e a própria lógica da globalização que aproxima as pessoas.

Para Suassuna (2004, p. 09), o conceito de cultura passou a abranger não só os elementos espirituais, mas também os modos de vida, as características materiais da vida e da organização de diferentes povos. Corroborando Suassuna, Geertz (1978, p. 10) define cultura como as teias de significados e sua análise ante a realidade, ou seja, é o conjunto de atos simbólicos e suas manifestações explícitas e implícitas nos acontecimentos sociais. A cultura então passa a ter uma configuração mais ampla, abrangendo aspectos antes desconsiderados ou que não possuíam conotação cultural.

Ampliando o conceito sistematizado pelo senso comum, Laraia (2004) define cultura como a forma como as pessoas enxergam o mundo em que vivem, os valores, os princípios morais e éticos, toda forma de comportamento humano, as vestimentas e crenças, que são resultado de um legado cultural. O autor acrescenta que em decorrência da nossa herança cultural, reagimos de forma intolerante frente aos comportamentos e tradições que se afastam dos nossos modelos. Sendo assim, é comum que haja um olhar depreciativo e discriminatório em relação à cultura do outro.

Thompson (1998) admite que a cultura é heterogênea, ampla e aberta, não podendo ser vista como única ou homogênea, ou ainda, como um sistema fechado. Para Thompson, por ser um sistema aberto, onde os contatos são constantes, é inevitável falar da troca que se estabelece entre os diferentes segmentos sociais. Para ele “o próprio

termo 'cultura', com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p.17).

Patrimônio Cultural imaterial

Patrimônio pode ser compreendido como todo bem que um indivíduo ou um coletivo de pessoas possuem. A constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, nos artigos 215 e 216, define que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial. Entendem-se como patrimônio material, os bens edificados e os objetos de um determinado grupo, enquanto que o patrimônio imaterial refere-se às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes.

Nessa linha, Pelegrini (2008, p. 27) define patrimônio como conjunto de bens de natureza material e imaterial (tomados individualmente ou em sua totalidade), portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Entre tais bens se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; sítios de valor histórico, urbanístico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo Castro e Fonseca (2008, p.12), essa definição bem indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais. Para as autoras

A noção de patrimônio cultural imaterial vem, portanto, dar grande visibilidade ao problema da incorporação de amplo e diverso conjunto de processos culturais – seus agentes, suas criações, seus públicos, seus problemas e necessidades peculiares – nas políticas públicas relacionadas à cultura e nas referências de memória e de identidade que o país produz para si mesmo em diálogo com as demais nações. Trata-se de um instrumento de reconhecimento da diversidade cultural que vive no território brasileiro e que traz consigo o relevante tema da inclusão cultural e dos efeitos

sociais dessa inclusão (CASTRO; FONSECA, 2008, p.12).

Compreender a definição de patrimônio imaterial é fundamental para que se construa um comportamento social tolerante, visto que essas manifestações se ligam diretamente à história e cultura de cada povo, não existindo possibilidade de mensurar valores. Esses patrimônios, portanto, podem constituir-se como diferentes, onde cada etnia possui suas peculiaridades, que não podem ser julgadas como superiores ou inferiores.

METODOLOGIA

A população envolvida nesta pesquisa de campo qualitativa são duas famílias de ciganos que estão fixadas em Cruz das Almas desde a década de 1980. Nas famílias ciganas prevalece a tradição de delegar poderes aos mais velhos do grupo, sobretudo do sexo masculino, que exercem uma espécie de comando da família. Sendo assim, seu Muniz e Seu Jorge, que são irmãos, Seu Romoaldo e Serrinha, cunhados, exercem a liderança dentro dessas famílias. Vale ressaltar que entre essas famílias existem laços consanguíneos, pois o cigano Alcebiades, pai de Seu Romoaldo e sogro de Serrinha, era irmão do pai de Seu Jorge e Seu Muniz. Quanto à amostra, priorizaram-se indivíduos que estivessem diretamente ligados a eles, como os filhos e filhas, esposas, genro e neto.

A escolha dessas famílias se explica pelo fato de ser a família cigana que está por mais tempo fixada no município, de modo que a terceira geração já é formada de cruz-almenses, isto é, pessoas nascidas na cidade.

Essa pesquisa tomou como baliza teórica os pressupostos da Nova História Cultural, visto que se buscou compreender o universo social e cultural dos ciganos dentro do contexto de modernização. Para compreender o modo de vida das comunidades ciganas em Cruz das Almas, a história oral, enquanto método historiográfico (CRUIKSHANK apud AMADO; FERREIRA, 2006), foi considerado apropriado, uma vez que se trata de um povo com pouca ou quase nenhuma tradição escrita. Este método permite também revelar o universo sociocultural desse povo, como afirma Amado e Ferreira (2006)

“[...] as tradições orais podem contribuir para documentar a grande variedade de abordagens históricas em áreas do mundo

onde documentos escritos são relativamente recentes ou nem sequer existem” (CRUIKSHANK apud AMADO; FERREIRA, 2006, p. 149)

A história oral, que norteou a produção deste trabalho científico, é considerada por Amado e Ferreira (2006, p.04) como inovadora, por seus objetos, pois “dá atenção especial aos 'dominados', aos silenciados e aos excluídos da história, à história do cotidiano e da vida privada, e por suas abordagens, que dão preferência a uma história vista por baixo”. As referidas autoras complementam, afirmando que a “história do tempo presente seja o campo predileto da investigação oral” (AMADO e FERREIRA, 2006, p. 07).

Voldman (2006, p.34) afirma que “os historiadores do século XX se deparam com fontes abundantes e múltiplas, a partir das quais trabalham”. Nessa perspectiva, a iconografia foi um aparato importante usado nessa pesquisa, pois revela detalhes da estética, modo de vida, vestimenta, etc., assim como revela transformações da cultura material do povo cigano.

Segundo Boris Kossoy (1989), as imagens sem conta produzida no último século e meio dos micro aspectos captados de diferentes contextos sócio geográficos têm preservado a memória visual de inúmeros fragmentos do mundo, dos seus cenários e personagens, dos seus eventos contínuos, de suas transformações ininterruptas.

O mesmo autor afirma que a Revolução Industrial produziu um enorme desenvolvimento das ciências em seus vários campos; surge naquele processo de transformações econômicas, sociais e culturais uma série de invenções que viriam a influir decisivamente nos rumos da história moderna. A fotografia, por exemplo, teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informações e conhecimentos, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística (KOSSOY, 1989, p.14). Nesse sentido, foram analisadas fotografias disponibilizadas do arquivo pessoal das famílias ciganas envolvidas na pesquisa.

As técnicas relacionadas à coleta de dados, por sua vez, foram adequadas ao atendimento de cada objetivo específico previsto. Para responder a questão relacionada à revisão de literatura, que consistiu em revisar a origem histórica dos ciganos, a chegada dos ciganos ao Brasil e as Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais, utilizou-se de fontes secundárias como os trabalhos de Muniz (1995); Fonseca (1996); Ana Natasha;

Edileuza Nazira (2005); Sena (2005); Vaz (2005); Geraldo Pierroni (2006); Demitri Fazitto (2006); Teixeira (2008); Frans Moonem (2013) e Lourival Júnior (2013).

Para analisar as transformações sociais e culturais dos ciganos de Cruz das Almas, o procedimento adotado para a coleta dos dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas (VIERTLER, 2002) com as comunidades ciganas. Este formato de entrevista é balizado pelo uso de um roteiro no qual são identificadas perguntas norteadoras, que poderão ser desdobradas de acordo com o andamento da entrevista. As entrevistas foram realizadas de 2013 a 2014, na residência dessas famílias em Cruz das Almas. Foram entrevistados 25 ciganos e três ciganas. As entrevistas foram gravadas e reproduzidas na íntegra com a autorização dos sujeitos. As imagens fotográficas e as entrevistas foram analisadas e discutidas.

É importante destacar que o contato do pesquisador com as famílias ciganas teve início no ano de 2012 e a partir desse momento o pesquisador vem mantendo contatos frequentes com a comunidade. Essa aproximação permitiu que muitas observações indiretas fossem realizadas. Segundo Albuquerque e Lucena (2004), a técnica de observação direta permite obter informações variadas; contudo, o autor salienta que é necessário que o pesquisador possua o devido discernimento para captar os elementos fundamentais para a pesquisa que está sendo realizada.

Ao longo desse período, além do convívio constante com os ciganos de Cruz das Almas, o pesquisador participou de casamentos, festas de aniversário, palestras ministradas pelo cigano Robelito e celebrações religiosas conduzidas por ele como pastor.

RESULTADOS

Os ciganos de Cruz das Almas – Bahia

Não existem registros oficiais sobre a chegada dos primeiros agrupamentos ciganos na cidade. É muito provável que as primeiras famílias que por aqui chegaram não se fixaram, visto que por muito tempo mantiveram-se como nômades. Da mesma forma, não existe um consenso entre os ciganos sobre os fatores que motivaram e motivam sua permanência na cidade. Alguns afirmam que foi o acolhimento das pessoas, outros falam que o comércio da cidade foi um fator determinante para eles se fixarem aqui.

Existem ainda ciganos que falam que não existe um motivo, mas que se acostumaram a morar em Cruz das Almas.

Quanto à população atual, o último recenseamento, ocorrido em 2010, não levou em consideração as comunidades ciganas dentro de suas especificidades, isto é, os ciganos foram contados junto com a população não cigana, sem distinção, impossibilitando o registro oficial da população cigana na cidade. Não obstante, a partir de conversas informais com os próprios ciganos, eles estimam que a população local seja de aproximadamente 200 pessoas.

Os grupos ciganos que aqui convivem estão localizados predominantemente no espaço urbano, habitando basicamente em três bairros: Itapicuru, Primavera e Edla Costa. Esses grupos, por sua vez, apresentam laços consanguíneos, dividindo-se em duas famílias: a de seu Muniz e a de seu Jorge, que são irmãos, e a de Romoaldo e Serrinha, que são cunhados.

Os ciganos trazem na sua história a marca da migração, desde a sua origem, provavelmente na Índia. De acordo com Fonseca (1996), um povo infatigavelmente fronteiriço, não tem fronteiras tumultuando os mapas do seu imaginário coletivo. Mas os ciganos não são mimados e essas fronteiras são para eles também veias de oportunidades. Dessa forma, os ciganos de Cruz das Almas não fogem a essa característica e tiveram a sua vida marcada pela migração. Sendo assim, é possível afirmar que a maioria dos ciganos de Cruz das Almas não são nativos da cidade, conforme pode ser observado nos relatos abaixo.

O cigano Muniz, afirma que “eu vivi por aqui mesmo, eu nasci em Coração de Maria, meu pai me trouxe pra qui, tudo piqueno, eu nasci lá, mas vivi aqui desde criança, em Cruz das Almas, Almeida, Santo Amaro, Candeias, São Sebastião”. Na mesma linha de pensamento, o cigano Jorge, irmão de Muniz, relata que nasceu em Coração de Maria, mas viveu em várias cidades. Dentre os ciganos mais velhos das famílias entrevistadas, Serrinha é o único que nasceu em Cruz das Almas, ele fala que “a nossa antiguidade é daquele outro mundo, viajava em cavalo, rodava mundo, a vida era viajar, Bahia, Sergipe, de Sergipe a Bahia, ao norte. Eu sou filho de Cruz das Almas, nasci aqui em 1944. Eu nasci aqui em Donana, dijunto do fórum, abaixo do fórum um pouquinho.”

Os relatos acima reafirmam a constante migração que essas populações ciganas praticaram e praticam, percebe-se que a grande maioria deles não nasceu em Cruz das Almas e que até chegarem

e se fixar aqui já passaram por muitas cidades, o que se relaciona com as atividades comerciais que eles praticam.

A Educação Cigana

O Estado não se omite quanto à oferta dessa atenção básica, inclusive nas escolas de Cruz das Almas existem alguns alunos matriculados na educação básica. Contudo, em se tratando de um povo com uma história e cultura própria, faz-se necessário uma escola que visualize essa realidade e que seu currículo esteja estruturado para incluir essa população. Nesse sentido, a escola deve ser um espaço onde a tolerância prevaleça, na qual a educação multicultural seja o parâmetro pedagógico. Nesse sentido, Bezerra e Ribeiro (2012; p.54) afirmam que as questões ligadas ao multiculturalismo vêm ganhando espaço nas discussões teóricas e como temática a ser contemplada nas escolas. Para esses autores, o multiculturalismo, enquanto campo teórico, se constitui numa tentativa de compreender o processo de construção das diferenças dentro da diversidade cultural que se apresenta em sociedades plurais, na tentativa de superar preconceitos e reducionismos culturais.

Entretanto, essa não é a realidade da educação brasileira. Observa-se que um antigo paradigma educacional ainda prevalece nas escolas do país, que as torna difusoras dos valores ocidentais dominantes, marginalizando diferentes segmentos sociais, nos quais os ciganos se incluem. Esse é um fator que certamente ajuda a explicar a questão da evasão dos grupos ciganos, pois não encontram na escola um currículo flexível capaz de promover o respeito e que valorize o seu modo de vida.

A tradição do casamento e os negócios são fatores fundamentais que também explicam a reduzida matrícula dos ciganos e evasão. Primeiro, em se tratando do casamento, seja homem ou mulher, eles casam muito cedo, em média com 13 a 14 anos, obrigando-os a deixar a escola para cuidar da família. Ao casarem-se, os homens adquirem o dote para iniciar a vida nos negócios e adquirirem uma maneira de sustentar a família, não criando maiores expectativas em relação à escola.

Simões e Juliano (2013) afirmam que os homens ciganos ainda na adolescência deverão assumir um compromisso com uma jovem cigana e para que isso ocorra, terá que demonstrar desenvoltura nos negócios e na vida. Porém, segundo as autoras, não é na escola que eles irão

adquirir essa capacidade, esse conhecimento; para elas a escola desses ciganos e a “escola da vida”. Os ciganos mais antigos costumam dizer que é com a escola da vida que eles aprendem a tratar as pessoas não ciganas, a conviver com elas. “É com a escola da vida, também, que elaborarão as estratégias de sobrevivência” (SIMÕES; JULIANO 2013; p. 02).

A escola, dessa forma, perde a importância e fica relegada a uma condição secundária. Mesmo que os ciganos reconheçam o papel que a escola desempenha, nada os convence a frequentá-la assiduamente ou por muito tempo. “O rapaz cigano acha a escola chata, entediante, diferente da rua, das viagens sempre cheias de aventura e desafios” (SIMÕES; JULIANO 2013; p. 02).

Quanto às moças ciganas, as mesmas autoras afirmam que permanecerão um pouco mais de tempo frequentando os bancos escolares, mas logo que entram na adolescência são retiradas pelos familiares. Essa conduta faz parte da tradição da maioria dos grupos ciganos.

Os relatos acima mostram que as ciganas e ciganos de Cruz das Almas não frequentam a escola por muito tempo e que são raros aqueles que conseguem efetivamente concluir a educação básica. Verifica-se que os motivos que levam os ciganos à evasão são o casamento, o desinteresse pelos estudos e a questão econômica, pois logo ao receberem o dote, os homens começam a desenvolver seus próprios negócios. O cigano Muniz relata que não estudou, sabe apenas assinar o nome. Ele fala que tem oito filhos, todos estudaram, porém o que conseguiu permanecer por mais tempo na escola, estudou até o quinto ano. O cigano Jorge, irmão de Muniz, também não estudou, lê pouco e apenas assina o nome. Já o cigano Romoaldo relata que “eu não estudei, aprendi a fazer o nome só, mas meus filhos estudaram, tenho um filho que estudou até o 8º ano, no Colégio Cruz das Almas, teve o outro que estudou até o 4º ano [...] Tenho cinco filho, três homem e duas mulheres, as meninas não estudou, só uma até a 2ª série, as duas casou com 16 anos”. Na mesma perspectiva, afirma o cigano Serrinha: “eu não estudei, meus pai também era analfabeto, mas quis botar meus filhos na escola, meu cumpadre Romoaldo que me ajudou, falou com as professora pra meus fio estudar”.

Uma questão relevante é que os ciganos não dão a devida credibilidade à educação. A fala do cigano Robelito, por exemplo, demonstra um descrédito em relação à escola: “eu tenho um irmão chamado Roberio que em 88 já era técnico agrícola, já estagiava na EMBRAPA, já estagiava na escola de

agronomia, antiga UFBA, hoje UFRB, e isso pra me foi um espelho, ele não conseguia emprego, ele não foi respeitado pelo seu diploma, e assim nossos nomes ficou no anonimato, só fomos conhecidos na cidade como gajão, ou filhos de Serrinha, e quando eu me deparei diante dessa barreira, a angústia foi tamanha que eu abandonei o estudos”.

A tradição cigana contribui muito para que eles não reconheçam na escola uma instituição que lhes assegure condições sociais e econômicas dignas, o que influencia bastante para que eles abandonem os estudos cedo ou nem sequer frequentem a escola. Em geral, não é comum um cigano concluir a educação básica, mais difícil ainda é frequentar a educação superior, ou fazer uma pós-graduação. Em conversas informais, eles relatam que na cidade de Sapeaçu- Bahia, existe um cigano formado em Enfermagem pela Faculdade Maria Milza, o que foi confirmado pela instituição, mas isso é uma exceção.

Dessa forma, verifica-se que a transmissão do conhecimento nos agrupamentos ciganos ocorre fora do espaço escolar, na convivência diária. O cigano valoriza o saber dos mais velhos, as experiências que são transmitidas pelos pais e pelas mães de forma bem definida. As meninas aprendem com a mãe, e posteriormente com a sogra, os afazeres domésticos. Os meninos aprendem com o pai os meios de sobrevivência material. Portanto, todo conhecimento é transmitido de uma geração para outra. O cigano Jai ressalta que não frequentou a escola, aprendeu a ler e escrever em bancas, tudo o que ele aprendeu na vida foi com o pai e os ciganos mais velhos.

No tangente à construção do saber fora do espaço escolar, Brandão (1993) dá uma importante contribuição ao afirmar que ao abordar a questão educacional, remete-se imediatamente à escola, porém os antropólogos preferem falar dos processos não formais de ensino. Estes estudiosos identificam processos sociais de aprendizagem onde não existe ainda nenhuma situação propriamente escolar de transferência do saber. Na rotina das aldeias tribais, o saber vai da confecção do arco e flecha à recitação das rezas sagradas aos deuses da tribo.

Tudo o que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo e a consciência. As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e aprende. Mesmo quando os adultos encorajam e guiam os momentos e situações de aprender de crianças e adolescentes, são raros os

tempos especialmente reservados apenas para o ato de ensinar (BRANDÃO, 1993, p.46).

Isso se aplica perfeitamente ao universo educacional do povo cigano. São esses olhares, essa convivência que permitem aos ciganos mais novos adquirirem o conhecimento. O cigano Jai ratifica essa questão ao afirmar que não precisou de escola para aprender tudo o que ele sabe, foi na convivência com os mais velhos que absorveu todo conhecimento que possui.

Sendo assim, não se pode afirmar categoricamente que os ciganos não gostem da escola, mas é notório o desinteresse e a falta de legitimidade dessa instituição para eles. Segundo Allem (2012), na comunidade cigana a escola não possui uma forte presença, porque ela não está em concordância com os seus interesses, não sendo, por isso, valorizada.

O Papel Desempenhado Pelos Ciganos Mais Velhos Na Educação Dos Mais Novos

A tradição oral dos ciganos atribui um papel muito importante aos ciganos mais velhos, que são sempre uma referência dentro do grupo. Compete a eles a transmissão do conhecimento e da cultura. Segundo Freitas Simões (2007), o idoso é como um guardião da tradição, além de detentor de um cabedal de experiências.

Certamente na tradição cigana o idoso é uma fonte de conhecimento. O cigano Robelito afirma que: “eles são a nossa fonte de saber, tudo que apreendemos é com eles, o cigano mais velho é a quem procuramos quando queremos nos informar sobre qualquer coisa, é com eles que o cigano adquire todo conhecimento, toda a cultura.” Ratificando essa ideia, Freitas Simões (2007) destaca a preocupação e comoção quando um idoso adocece, salientando que a perda de um deles é a perda de sua própria história.

Nesse sentido, o idoso representa a possibilidade de preservação do conhecimento e da tradição cigana. O cigano Jai vai além e afirma que os ciganos mais velhos representam absolutamente tudo para o grupo, pois sem eles a tradição cigana se perderia, “quando eles partem, a cultura cigana morre junta, o saber cigano também vai com eles.”

O Casamento

A expressão casamento possui uma definição específica, contudo o seu significado varia no tempo

e no espaço, estando diretamente vinculado à cultura de cada povo.

No caso específico dos ciganos, o casamento é um dos momentos mais importantes das suas vidas, seja para o homem ou para a mulher. O cigano Antônio afirma que o casamento é tudo para a vida dos povos ciganos. Por isso, é muito comum que a celebração do casamento seja muito festejada e exibida para toda a sociedade. Nesse sentido, Simões (2007) destaca que as festas de casamento são sempre um motivo de orgulho e de alegria para os ciganos, e podem durar de um a três dias.

É comum que essas celebrações sejam muito festejadas com muita comida e bebida. Segundo o cigano Muniz: “meu casamento foi dois dias de festa, matou quatro boio, quatro porco, teve, teve festa, dois dias de festa, cerveja, refrigerante, pra quem não bebe, água de coco. Quem celebrou o casamento foi um padre, foi na igreja de Governador Mangabeira, depois a festa começou, teve a festa, teve os comes e bebe, a cerveja a cumida, dois dias de festa.” A cigana Maria ratifica essa forma de comemorar o casamento dos ciganos e afirma que: “eu casei em Muniz Ferreira, quem fez meu casamento foi meu pai, que correu os gasto todo, os pai fica com os gasto todo [...] A festa foi boa, teve boi, teve tocador, teve doce, só não teve filmação, naquela época não tinha filmação pra fazer o DVD, teve dois dias de festa. Essa minha filha casou aqui, meu minino casou aqui, meu outro minino casou em Mangabeira, aí casou a mais velha, da mais velha casou essa minina. Receberam o dote. (...) a minha minina mais velha casou com 15 anos, e a outra com 14, essa aqui tá noiva, não casou ainda, mas com fé em Deus vai casar, para o ano casa, no casamento de todos teve muita festa, mais de dois dia de festa, até filmação já teve”.

A família dos noivos participa de todo o processo, desde o início até a consolidação do enlace. Simões (2007) fala que é comum que o pai do pretendente faça a intermediação de um pedido de casamento, o que demonstra interesse em ligar sua família por meio da união dos filhos, à outra família. Nesses “arranjos” entre as famílias, além de elementos culturais, também estariam presentes aspectos econômicos, o que denota a preocupação deles com a manutenção do status social intragrupo.

Na constituição do casamento cigano, as obrigações são muito bem definidas entre a família do noivo e da noiva. A família do noivo arca com todas as despesas do casamento, o que muitas vezes envolve valores altíssimos. O cigano Jai não revela quanto foi gasto pela família da sua esposa no casamento do filho, que aconteceu recentemente,

mas afirma que: “o meu sogro gastou muito dinheiro, foram três dias de festa, matou boi, carneiro, uma banda tocou, muita cerveja, não sei quanto gastou, mas gastou muito”.

Outro aspecto relevante a ser observado nesse processo é a preparação da mulher cigana para o enlace matrimonial. Ao noivar, ela passa a ser alvo de observação, o seu comportamento é rigorosamente vigiado pela comunidade em geral. A cigana Maria afirma que uma mulher cigana quando está prometida precisa preservar a sua imagem, portanto deve ter um mínimo de contato com outros homens, principalmente.

Além disso, os ciganos são muito rígidos com a tradição do casamento. Eles relatam que, diferente dos não ciganos, eles não casam para se separar, casamento é para a vida toda. Além disso, afirmam que ao casar tornam-se homens, e por isso casam-se muito cedo, o que para eles e elas representa a chegada da idade adulta.

Pode-se observar que o casamento é uma estratégia usada pelos ciganos para manterem a sua identidade. De acordo com os relatos obtidos, é comum que a mulher e o homem sejam prometidos desde cedo pelos seus pais, dificultando, dessa maneira, o casamento dele ou dela com um não cigano. Por este mesmo motivo, é comum que esse casamento ocorra muito cedo. Nas comunidades ciganas de Cruz das Almas, eles casam em média com 13 a 14 anos as mulheres, enquanto os homens casam com 15 e 16 anos. A fala do cigano Jai ilustra bem essa questão: “eu casei com 17 anos, o pai da minha mulher e o meu pai, quando a gente nascemos, um prometeu para o outro. Meu pai me prometeu para minha atual mulher e o pai da minha mulher prometeu pra mim, certo, e agente fomos creceno, entendeu e aí quando agente creceu agente se casamos”.

O casamento é uma instituição sagrada para os ciganos, eles enxergam no casamento a possibilidade de preservação da sua identidade étnica e do seu patrimônio cultural. Existem elementos fundamentais que distinguem o casamento cigano dos não ciganos como, por exemplo, a importância dada à virgindade da mulher, o parentesco entre os casais, o pagamento do dote e a questão da mulher ser prometida ao marido desde criança. Os relatos do cigano Jai confirmam esta informação ao destacar que os pais dele e da esposa fizeram um acordo e prometeram um ao outro em casamento. Ele ainda acrescenta que o pai da esposa dele, além de sogro, também é tio.

O Dote

O dote é uma tradição das comunidades ciganas. É recorrente que ao casar uma filha o pai forneça um determinado valor ao noivo, para que assim possa ter a sua independência financeira. Simões e Juliano (2013) ressaltam que o valor do dote da noiva está diretamente vinculado à castidade. Essas articulações são feitas entre as famílias, em média um ano antes da realização dos casamentos.

O pagamento do dote se relaciona ainda com a condição financeira da família do noivo. Segundo a cigana Cristina: “meu marido recebeu o dote, é uma tradição, o pai da mulher tem que pagar o dote. Alguns não leva não, alguns leva, alguns não leva porque o pai da mulher não tem condição”. A fala da cigana demonstra que apesar de ser uma tradição, algumas famílias não pagam por não terem condição financeira.

É a partir do dote que o rapaz ganha independência financeira e começa a desenvolver seu próprio negócio. Geralmente praticam agiotagem ou comercializam automóveis e casas, a depender do dote que recebem. O cigano Jai destaca que quando recebeu o dote usou o dinheiro para fazer agiotagem, e com o tempo comprou uma casa, morou uns tempos e depois vendeu, e assim continuou a fazer negócios, até hoje. “Sem o dote que recebi, não dava para começar.”

Outro aspecto interessante que pode ser observado com o dote é que nem sempre ele foi fornecido em dinheiro. Nos relatos dos ciganos mais velhos, verifica-se recebimento de animais, que afinal de contas, eram os animais que eles negociavam. O cigano Muniz resalta que “recebi dois a três burrinhos”. O cigano Serrinha, que casou-se nos anos 60 do século passado, afirma que recebeu uns animais com limitações físicas, mas que conseguiu negociar e conclui: “naqueles tempo era assim, a gente recebia uns animazinho”.

O cigano Antônio, ao falar da importância do dote, afirma que: “me casei com 20 anos, com essa patroa aí, hoje eu tenho dois filhos com ela, o pai dele me deu um dote, um pouquinho, mais deu, foi três mil, na época três conto, e aí eu fui me sobrevivendo até hoje.”

Tais relatos demonstram a importância da tradição do dote para a família cigana, ao tempo que responde a um questionamento popular: de onde vem o dinheiro do cigano? Se não trabalham como conseguem dinheiro para a agiotagem? O dote, portanto, é o principal responsável pela

independência financeira do cigano. Como relata a cigana Maria, “é como uma herança, uma poupança que eles recebem e começam a vida nos negócios”.

O cigano Jai destaca que não é comum o cigano fazer “besteira” com o dote, poucos aplicam mal esse dinheiro. Ele afirma que não conhece nenhum cigano que perdeu todo o dinheiro do dote, ao contrário, ele já viu muito cigano ficar rico aplicando bem o dote que recebeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a discutir aspectos das configurações sociais e culturais das comunidades ciganas no município de Cruz das Almas, destacando o casamento e a educação e observando as continuidades e descontinuidades socioculturais. Sendo assim, tomando com base as informações coletadas nos relatos das famílias que foram alvo desta pesquisa, chegou-se a constatações relevantes.

É importante salientar que eles demonstram orgulho ao falar da sua cultura, como se percebe nos seus relatos. Existe, porém, uma distinção de gênero que vale ser abordada. As mulheres são mais fechadas e mantêm-se extremamente submissas ao marido, têm uma preocupação maior em preservar seus valores, por isso, o contato com os não ciganos é muito menor, quando comparado aos homens. Quanto aos homens, pode-se verificar, principalmente na sua vestimenta, que são mais abertos ao mundo dos não-ciganos, até por que seus contatos são mais frequentes, em vista do trabalho que realizam.

No que se refere à educação do povo cigano, percebe-se que, na condição de cidadãos brasileiros, são garantidos o acesso à escola e o direito de estudar. Não obstante, na prática, não é isso que acontece, é muito grande o número de analfabetos entre as famílias pesquisadas, assim como é elevada a evasão escolar.

Esses fatos se explicam a partir de duas questões básicas: primeiro, que os ciganos não enxergam a escola como uma instituição capaz de lhes assegurar uma independência financeira, e não vislumbram grandes possibilidades por meio da educação. Segundo, que ao casar, os ciganos deixam a escola, e no geral, casam-se cedo. A mulher para assumir as atribuições domésticas e o homem adquire a independência financeira, com o dote, e passa a viver exclusivamente dos negócios.

O casamento, enquanto patrimônio imaterial dos ciganos, sempre foi e continua sendo um

momento de festa e alegria, comemorado com muita comida, bebida e dança. É comum que esses casamentos durem dois a três dias. Verifica-se então que trata-se de uma continuidade, pois pelos relatos dados, isso ocorre há muito tempo, porque o casamento é para eles uma instituição sagrada e uma garantia da continuidade da cultura cigana.

É recorrente que antes do casamento exista um acordo entre os pais dos noivos para definir o dote a ser pago. Entendem que o dote é essencial para a sobrevivência da família recém-formada, pois é com o dote adquirido que o marido ganha a sua independência financeira, é com o dote que ele inicia a vida nos negócios. É importante destacar que o dote é pago de acordo com a condição financeira do pai da noiva. Não existe um valor fixo para o pagamento do dote, o qual muitas vezes deixa de ser pago, caso o pai da noiva não reúna condições para pagar. Isso, porém, não é comum.

O pagamento do dote é uma tradição cigana. Os ciganos mais velhos relatam que seus pais pagaram dote e receberam dote, mas não em dinheiro, pois não tinham condições naquele período.

Os ciganos valorizam muito a instituição família. Em pleno século XXI, quando os registros oficiais no Brasil mostram que o número de divórcios cresce consideravelmente, entre os ciganos é incomum o divórcio. Isso só ocorre quando uma falha muito grande é praticada por algum deles, como o adultério feminino, por exemplo. Além disso, eles dizem estarem sempre muito próximos uns dos outros, principalmente nos momentos mais difíceis. Quando um cigano adocece, por exemplo, toda a família vai para o hospital e lá permanece até que aquele cigano(a) tenha alta médica. Quando um membro da família falece, eles imediatamente deixam o local e se mudam para livrar-se daquela lembrança dolorosa.

Diante disso, observa-se que é fundamental que a cultura cigana não só seja respeitada, mas também preservada. É imprescindível que os olhares estereotipados sobre os ciganos sejam superados, quebrando os preconceitos e a discriminação que estão presentes no imaginário da sociedade brasileira. Nesse sentido, faz-se necessário que o Estado brasileiro apresente ações efetivas para enfrentar o problema do preconceito e intolerância contra os ciganos. É fundamental que o Estado elabore e proponha políticas públicas capazes de viabilizarem relações sociais tolerantes e respeitadas, não só com os ciganos, mas com todos os segmentos sociais.

Acredita-se que a escola seja uma instituição

capaz de contribuir para efetivar essas políticas e corrigir essas distorções. Não é possível pensar apenas a inserção e permanência do aluno cigano na escola, é preciso ir além. A escola precisa ter um currículo flexível, que dê visibilidade histórica e cultural ao povo cigano. É necessário também incluir a história e cultura do povo cigano nos livros didáticos, suscitando discussões que levem à compreensão de sua relevância na identidade social e cultural do Brasil

REFERÊNCIAS

ALLEN, Paula. (Des) Encantos de ser mulher cigana: representações da sua sexualidade. **Saúde Reprodutiva Sexualidade e Sociedade**; nº 1, 2012 (45-63).

BARRETO, Ângela Maria. Memória e Sociedade. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, V. 12, p. 161-176, jul./dez., 2007.

BEZERRA, Maria Luisa da Costa; RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel Ribeiro. Escola e diversidade: Por uma perspectiva multicultural do currículo. **Interface**, Natal/RN – v.7 – n. 2 – jul./dez. 2010.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T.A, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28o ed., 1993.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de, FONSECA Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: Educarte, 2008. 199 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (Orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé: Os ciganos e a sua jornada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDAR, Jô. **Ciências humanas e transdisciplinaridade**: a relação da ciência com a linguagem. História e perspectiva, n 25, 26. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2002, p. 81-97.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

LARRAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. **História**, São Paulo: 2008.

SALLES, Ronaldo Senna. **A Sêda Esgarçada: Configurações sócio-cultural dos Ciganos de Utinga**. Feira de Santana: UEFS, 2005.

SANTOS, Eurides de Souza. Memória Social e Brincadeira dos côcos na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos – PB. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, número 59, p. 261-282, dez., 2014.

SIMÕES, Sílvia Régia Chaves de Freitas. Educação cigana: entre-lugares entre escola e comunidade étnica. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 2, Passo Fundo, p. 348-355, jul./dez. 2010.

_____. **Educação cigana: Entre lugares entre escola e comunidade étnica**. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis, 2007.

SIMÕES, Sílvia; JULIANO, Dilma Beatriz Rocha. **Juventude Cigana: Entre a tradição e a cultura das mídias**, 2013.

SUASSUNA, Claudia Medeiros. **Cultura local e Metodologias participativas em assentamentos rurais: O caso de brinco de ouro**. Minas Gerais, 2004

LINHA EDITORIAL/ESCOPO DA REVISTA

A Textura (ISSN 1809-7812), periódico vinculado ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza (FAMAM) tem por objetivo promover e disseminar a produção do conhecimento, o debate e a socialização de experiências no âmbito das Ciências Ambientais. Atualmente está classificada na Qualis/CAPES nas áreas Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias I, Engenharias III, História, e Interdisciplinar.

Com periodicidade semestral, a Textura tem edição em formato impresso e digital, sendo aceitos **Artigos, Ensaios, Resenhas e Resumos de Dissertações e Teses**, desde que originais e inéditos.

REGRAS PARA PUBLICAÇÃO

Os textos serão avaliados inicialmente quanto à adequação à Linha Editorial e o atendimento às Normas para Apresentação pelo Conselho Editorial, sem identificação de autoria.

Se o Conselho Editorial considerar necessário um parecer de consultores ad hoc externos, o artigo será enviado a especialistas nos temas tratados, sem identificação de autoria.

A avaliação, em qualquer uma das duas instâncias, será feita levando em conta o conteúdo, a estruturação do texto e a redação, tendo como parâmetros: relevância, pertinência e originalidade do tema; contribuição para a área temática em questão; e qualidade linguística.

O Conselho Editorial e/ou os Consultores recomendarão a aceitação, a rejeição ou a solicitação de modificações obrigatórias. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a aceitação ou não do texto, com base nos pareceres emitidos pelos Consultores.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO

Serão aceitos textos em português, espanhol e inglês. Os textos submetidos em português e

espanhol deverão, obrigatoriamente, apresentar o título e o resumo também em inglês.

Os textos devem ter como nome o seu Título, extensão .doc ou .docx, possuir tamanho inferior a 5 MB, e devem ser submetidos eletronicamente ao email textura@famam.com.br.

A página deve estar configurada em A4, margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5 cm entre linhas, e parágrafo 1,25 cm, texto justificado e sem numeração de páginas.

Para cada novo Item do Texto deve ser dado o espaço de uma linha.

As Figuras e Tabelas devem estar numeradas em algarismos arábicos, com legendas em fonte tamanho 10 e inseridas ao longo do texto, no primeiro ponto conveniente após sua primeira menção. São aceitas Figuras coloridas, preferencialmente em formato JPEG.

As Tabelas e Referências devem ser elaboradas em fonte Arial, tamanho 10 e espaçamento simples.

O sistema de citação adotado é o de autor-data, de acordo com a NBR 10520 (ABNT).

Os **Artigos** e **Ensaios** devem conter no mínimo 10 e no máximo 20 páginas e possuir a seguinte estrutura:

1. Título em caixa alta, centralizado e negrito;
2. Nome(s) completo(s) do(s) autor(es), sem abreviação(ões), com apenas as letras iniciais maiúsculas, alinhado(s) à direita, com Nota de Rodapé numerada para identificação do(s) autor(es), logo após o título;
3. A Nota de Rodapé deverá conter as seguintes informações de cada um dos autores: Instituição ou última Titulação; cidade; estado; link para o Currículo Lattes; email de contato;

4. Resumo, com o limite de 250 palavras, acompanhado de 3 a 5 palavras chave;
5. Abstract, com o limite de 250 palavras, acompanhado de 3 a 5 key words;
6. Introdução;
7. Corpo do artigo, com as seções julgadas pertinentes pelos autores;
8. Conclusão ou Considerações Finais;
9. Agradecimentos (opcional);
10. Referências.

Cada um desses itens deve estar claramente especificado/destacado ao longo do texto, sem numeração.

As **Resenhas** devem conter no máximo 5 páginas e a seguinte estrutura:

1. Título em caixa alta, centralizado e negrito;
2. Nome completo do(s) autor(es), sem abreviação(ões), com apenas as letras iniciais maiúsculas, alinhado(s) à direita, com Nota de Rodapé numerada para identificação do(s) autor(es), logo após o título;
3. A Nota de Rodapé deverá conter as seguintes informações de cada um dos autores: Instituição ou última Titulação; cidade; estado; link para o Currículo Lattes; email de contato;
4. Referência completa da obra de acordo com a NBR 6023 (ABNT).
5. Texto.

Os **Resumos de Dissertações e Teses** devem conter no mínimo 250 palavras e no máximo 500, e possuir a seguinte estrutura:

1. Nome completo do autor, sem abreviação(ões), com apenas as letras iniciais maiúsculas;

2. Título da Dissertação ou da Tese em caixa alta;
3. Palavras-Chave (3 a 5);
4. Número de Páginas;
5. Programa/Curso de Pós-Graduação;
6. Instituição;
7. Orientador
8. Co-Orientador;
9. Membros da Banca (Instituição);
10. Data da Defesa;
11. Resumo.

PRAZOS PARA SUBMISSÃO E PUBLICAÇÃO

Textos submetidos de 01 de Janeiro a 30 de Maio serão avaliados para publicação no exemplar de Julho; enquanto que os submetidos de 01 de Julho a 30 de Outubro serão avaliados para publicação no exemplar de Janeiro.

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Pinheiro Martinelli

Alex Gutterres Taranto)

Andrea Jaqueira da Silva Borges

Antonio Souza do Nascimento

Carmen Lieta Ressurreição dos Santos

Celi Nelza Zulke Taffarel

Edmar José de Santana Borges

Elizabete Rodrigues da Silva

Maria Lucia Silva Servo

Marina Siqueira de Castro

Ricardo Lopes de Melo

Robson Rui Cotrim Duete

Sérgio Roberto Lemos de Carvalho

Simone Garcia Macambira